



Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS**

Rua Rubert, 900  
C.N.P.J. 89.708.051/0001-86  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS VALOS-RS**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2019**  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO**  
**POLIÉDRICA EM REGIME DE EMPREITA POR PREÇO GLOBAL.**  
**VALOR GLOBAL MÁXIMO R\$ 233.843,90.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS/RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **10:00 horas do dia 24 do mês de junho do ano de 2019**, na Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos, sito na rua Rubert, nº900, no auditório do Centro Administrativo Municipal, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitação, com a finalidade de receber documentação e propostas para a contratação da execução em Regime de Empreitada por Preço Global da obra de pavimentação poliédrica de rocha basáltica, em vias urbanas de Fortaleza dos Valos, atendendo a legislação específica, de acordo com as regras deste EDITAL, da Lei Federal nº8.666/93 e, no que couber a legislação aplicável a saber:

**1-OBJETO:** Contratação de empresa, para execução de obra de infraestrutura urbana em Regime de Empreitada por Preço Global de pavimentação poliédrica de rocha basáltica, em vias urbanas do Município de Fortaleza dos Valos/RS, compreendendo:

**1.1- PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA NA RUA LIBRELOTTO**, trecho a partir da pavimentação existente, até a Rua Achilles Baggiotto, com extensão total de 150,00m e área total de 1.500m<sup>2</sup>, compreendendo:

**1.1.1-SERVIÇOS INICIAIS:**

a) Placa de Obra;

**1.1.2-PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA:**

- a) Escavação manual de vala;
- b) Meio-fio pré-moldado;
- c) Calçamento com pedras irregulares;
- d) Rejunte com pó de pedra.

**1.1.3-REGULARIZAÇÃO DOS PASSEIOS:**

- a) Embasamento de de brita 1;
- b) Concreto FCK= 15MPA;
- c) Piso podotátil de concreto-direcional e alerta.

**1.1.4-SINALIZAÇÃO VERTICAL:**

- Placa de aço esmaltada de identificação de rua;
- Placa de sinalização em chapa de aço nº 16.

*Smx*  
*Guarui*



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**

**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

**1.1.5-A** Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, conforme o artigo nº 65 da Lei nº 8.666/93.

**2 – DO EDITAL DE LICITAÇÃO:**

**2.1-Faz parte integrante deste Edital de Licitação:**

Anexo I – Projeto, Memorial descritivo, orçamento quantitativo e cronograma de execução;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Modelo de declaração de conhecimento das regras do Edital e Visita ao local da obra;

Anexo IV – Modelo de declaração de Idoneidade;

Anexo V – Modelo de declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público;

Anexo VI – Modelo de declaração de que não emprega menor atendimento ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

Anexo VII – Modelo de declaração de capacidade para execução do objeto;

Anexo VIII – Modelo de procuração

Anexo IX – Modelo de Declaração de atividade principal CNAE.

Anexo X – Minuta do Contrato.

**2.2-A** obra deverá obedecer ao projeto, ao memorial descritivo, ao orçamento quantitativo e ao cronograma de execução, bem como às Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**3 – DA PARTICIPAÇÃO:** Poderão participar as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Fortaleza dos Valos- RS, cujo certificado esteja em vigor, inclusive para a documentação nele contida. Para efeitos de cadastramento das empresas ainda não cadastradas e/ou revalidação do cadastro existente, os interessados deverão apresentar os documentos até o terceiro dia anterior a data marcada para o recebimento dos envelopes.

**4 – DO CREDENCIAMENTO:**

**4.1 –** A licitante através do seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento, no horário e local marcado para a sessão pública constante no preâmbulo deste, apresentando cópia de seu documento pessoal de identificação, juntamente com o original para ser autenticado por servidor da Administração.

**4.2 –** O Credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Registro comercial, no caso de empresa individual;

II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta





**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores;

III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3 – Tratando-se de procurador, deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações de decisão sobre a desistência ou não de recursos contra a classificação, em nome da proponente, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.4 – Só terão direito de usar a palavra, ter acesso aos documentos apresentados pelos demais licitantes, rubricá-los, apresentar reclamações, impugná-los, bem assim às propostas, o procurador de licitante previamente credenciado perante a Comissão Permanente de Licitação, na forma como previsto no item anterior.

4.5 – O não credenciamento do procurador de Licitante não implicará na inabilitação da empresa outorgante ou na desclassificação da proposta que apresentar ensejará apenas a perda do direito do seu procurador de manifestar-se durante a Sessão Pública de recebimento, análise e julgamento das propostas ou mesmo de ter acesso aos documentos e à proposta apresentada pelos demais licitantes.

4.6 – É vedado qualquer participante representar mais de uma empresa.

4.6.1 – A empresa proponente somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.

4.6.1.1 – Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e esteja previsto no instrumento de procuração e/ou credenciamento poderes específicos para tal ato.

4.7 – Toda documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em cópia legível, devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, e/ou documento disponível na internet, no site oficial do órgão emissor, sendo que, somente serão considerados válidos aqueles que estejam em plena validade.

4.8 – As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 72 da Lei

Quem



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

Complementar nº 123/06 e devido à necessidade de identificação pela Comissão Permanente de Licitação, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação.

4.9 – A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, Certidão Simplificada atualizada emitida pela Junta Comercial declaração juntamente com a declaração de enquadramento (Sugestão de modelo apresentado no anexo IX, firmada por contador e do representante legal, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.10 – A responsabilidade pela declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte é única e exclusiva da licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

## **5 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:**

**5.1-** Os envelopes serão recebidos pela Comissão de Licitações, no local, data e horários, determinados para a sessão pública constante do preâmbulo do edital da licitação, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, contendo em sua parte externa fronteira a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS VALOS– RS  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2019  
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS VALOS– RS  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2019  
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA).

### **5.2- O ENVELOPE Nº 01 DEVERÁ CONTER: a Documentação a seguir:**

#### **Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:**

- a) Certificado de Registro Cadastral fornecido pelo Município;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 ou





**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**

**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Documentos Relativos à Regularidade Fiscal:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

c) prova do alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;

d) certidão que prove a regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;

Obs.: A prova de regularidade com a Fazenda Federal engloba os seguintes documentos:

-Certidão Conjunta de Débitos com a Fazenda Federal ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

e) certidão que prove a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

f) Prova de regularidade da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) Resolução 1470 de 24 de agosto de 2011. (Emissão:<http://www.tst.gov.br/certidao>).

g) Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos ( anexo VI).

**Documentos Relativos à Qualificação Técnica**

a) Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/RS) e ou Registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS) ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado;

b) Prova de a empresa possuir no quadro funcional permanente, na data da publicação deste edital, profissional de nível superior, devidamente atestado pelo CREA/CAU, se



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**

**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

c) Capacitação técnica – operacional: comprovação do licitante possuir na data prevista para entrega da proposta, atestado de capacidade técnica, devidamente certificado pelo CREA/CAU, contendo as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização da obra, período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades; que comprove a execução de obra de pavimentação poliédrica de no mínimo a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. As parcelas de maior relevância são as seguintes:

-Pavimentação poliédrica 3.800m<sup>2</sup>.

d) Declaração formal (mod. anexo VII), conforme art.30, par. 6º da Lei 8.666/93, com a relação explícita de disponibilidade de máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação:

e) Declaração de conhecimento das regras do Edital e Visita ao local da obra ou Dispensa (mod. anexo III);

f) Declaração de Idoneidade (mod. anexo I(mod. anexo IV);

g) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público (mod. anexo V);

h) Declaração de que não emprega menor atendimento ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal (mod. anexo VI);

i) Declaração de atividade principal CNAE (mod. anexo X).

**Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

a) Prova de qualificação econômica - financeira da empresa, se dará através de demonstrações contábeis do último exercício, devendo o licitante apresentar, já calculados, os seguintes índices, sob pena de desclassificação, mediante a aplicação das fórmulas abaixo:

A.(1) Índice de Liquidez Corrente (LC)

A.(2) Índice de Liquidez Geral (LG)

A.(3) Endividamento Total (ET)

*DM*  
*Donne*





**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

Referente ao último exercício social. Tais indicadores deverão ser calculados como segue:

$$LC = (AC / PC)$$

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$ET = (PC + ELP) / PLA$$

Onde:

AC Ativo Circulante

RLP Realizável a Longo Prazo

PC Passivo Circulante

ELP Exigível a Longo Prazo

PLA Patrimônio Líquido Ajustado = (Patrimônio Líquido – Despesas Antecipadas + Resultado de Exercícios Futuros).

Os valores mínimos para tais indicadores são:

$$LC \geq 1,00$$

$$LG \geq 1,00$$

$$ET \leq 0,50$$

b) Para fins de comprovação dos indicadores apresentados, conforme subitem “a” e cálculo dos mesmos deverão ser acompanhados do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis **do último exercício social**, devendo os mesmos estar registrados na Junta Comercial, inclusive os Termos de Abertura e Encerramento, assinados por Contador habilitado e com registro no CRC, indicando expressamente o número do livro e as folhas em que se encontra regularmente transcrito. A Administração Pública Municipal reserva-se o direito de solicitar os originais de todos os documentos contábeis necessários para conferir os dados acima mencionados.

c) Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados: • por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede do licitante ou, • por cópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento e ou Apresentação do recibo de entrega de Escrituração Contábil e Digital (ECD).

d) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica.

*[Assinatura]*  
Guarua



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

COOPERATIVAS DE TRABALHO Além de todos os documentos acima elencados, as empresas constituídas em forma de cooperativas de trabalho, deverão ainda, para fins de habilitação, apresentar os seguintes:

- 1 - Ata de Fundação;
- 2 - Estatuto Social com todas as suas alterações, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou;
- 3 - Regimento Interno, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou;
- 4 - Regimento dos Fundos Instituídos pelos cooperados, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou;
- 5 - Documentos de eleição de seus administradores;
- 6 - Documentos de deliberação quanto ao seu funcionamento;
- 7 - Ata da sessão pela qual os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**MICROEMPRESAS**

8 - As microempresas ou empresas de pequeno porte (enquadradas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06) ou cooperativas (enquadradas nos termos do artigo 34 da Lei n.º 11.488/07) que pretendem se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, deverão apresentar além de todos os documentos exigidos para o Envelope n.º 01, uma das opções abaixo especificadas:

a) declaração, firmada por responsável, contador ou técnico contábil, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa e não está excluída das vedações constantes no parágrafo 4º do artigo 3º do referido diploma legal (nos termos do modelo em anexo), ou;

b) certidão simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado onde se localiza a empresa licitante, (conforme Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC). A referida certidão deverá ter sido expedida em no máximo 03 (três) meses anteriores à data determinada para a entrega dos envelopes

Parágrafo único: A não apresentação dos documentos especificados nos subitens não será motivo de inabilitação da licitante, entretanto a sua omissão será entendida como renúncia a qualquer privilégio, recebendo, portanto o mesmo tratamento das demais empresas não beneficiadas pelo disposto nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123/06.

**CONSÓRCIOS**

- Para a prova de habilitação jurídica e regularidade fiscal, cada consorciado deverá





**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS**

**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

apresentar os documentos exigidos.

- Para prova de qualificação técnica, cada consorciado deverá apresentar o documento indicado no subitem "a" "a". Para atendimento aos subitens "b", "c" e "d" será admitido a apresentação dos atestados e do pessoal técnico através de um ou mais consorciados. Para o atendimento do item "h", a visita deverá ser realizada por qualquer consorciado, sendo que o atestado deverá ser emitido em nome do consórcio. Para atendimento ao subitem "e" os documentos indicados deverão ser apresentados por qualquer consorciado.
- Para prova de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no subitem, sendo no caso o capital social permitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
- Os proponentes que não apresentarem na forma legal os documentos exigidos nesta licitação estarão inabilitados.
- Os documentos que forem apresentados na fase de credenciamento, não necessitam ser apresentado por segunda vez.
- Os interessados deverão apresentar documentação original ou mediante fotocópia autenticada em cartório ou por servidor público do Município, relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal. A autenticação dos documentos, por parte do servidor da Prefeitura Municipal, será realizada, impreterivelmente, até o 3º (terceiro) dia que anteceder a abertura do certame. Somente será realizada a autenticação dos documentos, mediante a apresentação dos originais.

**5.3- O ENVELOPE Nº 02 DEVERÁ CONTER:**

a) A proposta deverá ser datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, constando o CNPJ, a razão ou denominação social, endereço e telefones atualizados, datada e assinada pelo responsável, contendo a descrição exata clara e sucinta do objeto ofertado e deverá conter:

A modalidade e número da licitação;

O preço expresso em moeda corrente nacional;

Validade da proposta, expressa em dias e não inferior a 60 (sessenta) dias;

Cotar preço de material e mão-de-obra;

b) Apresentar orçamento discriminado e Cronograma Físico-Financeiro;

c) Indicar o responsável técnico que responda pela obra;

d) Indicar o nome do sócio-gerente com o número do CPF, que irá assinar o Contrato com o Município, caso seja a vencedora;

e) Planilha de BDI.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

f) Planilha de encargos sociais.

**6 - DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES:**

6.1- Em sessão pública no horário, data e local determinado para a licitação, a Comissão Permanente de Licitação instituída pela Portaria nº 5.308, de 7 de março de 2016, dará início na abertura do envelope nº 1, das licitantes credenciadas, momento a partir do qual não serão admitidos outros licitantes.

6.2- Será então franqueado aos proponentes, o exame destes documentos, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observação que entender conveniente, desde que o faça no momento oportuno, anunciado pelo Presidente da Comissão, sendo intempestiva e conseqüentemente inatendível qualquer reclamação anterior ou posterior;

6.3- Tais impugnações ou reclamações serão devidamente registradas em Ata, reservando-se, porém, a Comissão de Licitações o direito de levá-las em consideração ou não;

6.4- A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento, não será causa de inabilitação;

6.5- A seguir, a Comissão indicará os nomes dos licitantes considerados habilitados, abrindo-se os prazos de recurso conforme Art. 109 Inciso I letra "a" e parágrafos do mesmo Artigo;

6.6- Satisfeitas as exigências legais, serão abertos e conferidos os envelopes de nº 2 PROPOSTA e a seguir rubricadas todas as vias pela Comissão e representantes dos proponentes.

6.7- Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições de estabelecidas, uma vez abertas às propostas;

6.8- Ao final da reunião será facultado aos proponentes, se assim o desejarem, pedir a inclusão de observações em ata, que serão oportunamente observadas pela Comissão. A seguir, a ata será lida e, depois de aprovada, será assinada por todos os presentes.

6.9- Se não houver inabilitados ou esses abdicarem do recurso em manifesto verbal constante da ata de abertura da licitação a Comissão passará para a fase de abertura dos envelopes das "**PROPOSTAS**", rubricando cada folha e colhendo rubrica dos licitantes presentes, que deverão igualmente examinar as propostas, podendo os

*[Handwritten signature]*





**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

mesmos apresentar impugnações ou reclamações, na forma da fase anterior.

## **7 – DO JULGAMENTO:**

7.1- Esta licitação será processada e julgada nos termos do artigo 43 e seguintes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

7.2- Para efeitos de julgamento, esta licitação é do tipo menor preço global.

7.3- Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (desde que tenham sido atendidas todas as exigências constantes neste edital).

7.4- Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta mais bem classificada.

7.5- A situação de empate somente será verificada após a feitura do mapa resumo da licitação, quando será convocada a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor.

7.6- Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da comunicação efetuada pelo Município, nova proposta inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.2. Acima especificado, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

7.7- Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfazer as exigências do item 5.6. Acima especificado, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.8- O disposto nos itens 7.4. a 7.7. Acima especificados, não se aplica às hipóteses em

*SM*

*Quarta*



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (desde que tenham sido atendidas todas as exigências constantes neste edital).

7.9- Em caso de empate entre duas ou mais propostas apresentadas por empresas não enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, o 11 desempate será feito por sorteio público, nos termos do parágrafo 2º do artigo 45 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

## **8 - DOS RECURSOS:**

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

## **9 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:**

9.1-Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital e dos preceitos legais, a licitante que ofertou o menor preço, será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.1.1-Não havendo recursos ou após a decisão dos mesmos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

## **10 - DO PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO:**

10.1- Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

10.2- O prazo anteriormente mencionado poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada durante o transcurso daquele prazo.

## **11 - DO PAGAMENTO:**

11.1- Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o cronograma físico/financeiro, mediante vistoria pelo fiscal do agente financeiro e liberação por parte do mesmo dos recursos.

## **12. - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**  
**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

12.1- As despesas decorrentes da presente obra correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.  
08.01-Obras e Urbanismo.  
15.451.0402.1027- Pavimentação e Calçamento.  
4490.5100000001- Obras e Instalações.

### **13 - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS:**

13.1- Os preços não sofrerão reajustes, conforme determina o parágrafo 1º do art. 2º da Lei Federal n.º 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

### **14. DAS PENALIDADES:**

14.1- O atraso injustificado na execução das obras sujeitará a licitante vencedora à multa de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia, sobre o valor do contrato, limitado a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução total do contrato.

14.2- Após o início da obra, em caso de atraso na execução dos serviços, etapas da obra, ou descumprimento do cronograma físico-financeiro, serão cobrada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor remanescente do contrato, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o 30º dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida.

14.3 Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor não adimplido do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de 01 (um) ano.

14.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de 02 (dois) anos.

14.5 Declarações de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública no caso de má fé, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após o licitante ressarcir a Administração por eventuais prejuízos



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**

**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

causados.

14.6 Dentro outros, os seguintes motivos sujeitam a licitante vencedora às penalidades tratadas neste Edital:

- a) Deficiência no serviço prestado e/ou material empregado;
- b) Desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c) Falta grave à Juízo do Município;
- d) Abandono ou subcontratação total ou parcial do serviço;
- e) Não der início às atividades no prazo previsto;
- f) Demora injustificada em promover o início da obra ou as etapas dos serviços ou, ainda, a não reparação dos serviços e materiais que aparentarem defeitos;
- g) Recusa injustificada em disponibilizar a sua documentação e outros esclarecimentos à fiscalização da CONTRATANTE, quando solicitado;
- h) Descumprimento de qualquer Cláusula do Contrato.

14.7 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas;

14.8 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato, considerando-se o período de um ano e, a critério do Município, o seu valor poderá ser descontado dos valores a serem pagos à contratada.

## **15 – DA FISCALIZAÇÃO:**

15.1- A fiscalização da execução do contrato oriundo da presente licitação estará a cargo do Arqº Ubanista Sr. Diógenes Rubert Librelotto – CAU/RS 37.973-5.

**15.2-**A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação aos materiais e serviços.

**15.3-**Os materiais e serviços deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas, especificações deste edital e seus anexos, sob pena de não serem aceitos.

## **16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

16.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender a qualquer das disposições do presente edital.





**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**

**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

16.2. No interesse da Administração, a presente licitação poderá ser revogada ou anulada pelo Prefeito Municipal, sem que por este motivo tenham os licitantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

16.3. As propostas deverão ser classificadas em ordem crescente, a partir do menor preço, a qual se atribuirá o primeiro lugar.

16.4. A proposta deverá ser datilografada ou impressa, não se aceitando propostas redigidas a caneta;

16.5. Para recebimento da primeira parcela do pagamento é indispensável à apresentação da matrícula do INSS, bem com guia da ART devidamente quitada, referente à obra.

16.6. A empresa deverá ter responsável técnico que mantenha permanente fiscalização na obra e que se responsabilize pela mesma.

16.7. Maiores informações, como Cópia do Edital na íntegra e seus anexos poderão ser retirados na Prefeitura Municipal, sito na rua Rubert, nº 900, ou no site: [www.pmfv.rs.gov.br](http://www.pmfv.rs.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx) 55-3328-1133, no horário das 8h às 12h e das 13h30min. Às 17h., ou pelo e-mail: [pmlicita@pmfv.rs.gov.br](mailto:pmlicita@pmfv.rs.gov.br).

16.9. Será julgado o menor preço global.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

17.1- Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com base nas normas jurídicas e administrativas e nos princípios gerais do direito, levando em consideração as disposições da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

17.2- Na assinatura do contrato será servidor responsável, para acompanhamento e fiscalização da obra.

17.3- O projeto executivo fica dispensado, pois o projeto básico já contempla alto grau de detalhamento.

Fortaleza dos Valos, 04 de junho de 2019.



**Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS**  
**VALOS**

**Rua Rubert, 900**  
**C.N.P.J. 89.708.051/0001-86**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

**Marcia Rossatto Fredi**  
**Prefeita Municipal**

**Marcelisa Lopes Graunke**  
**Presidente da Comissão de Licitação**



## **MEMORIAL DESCRITIVO CALÇAMENTO EM RUAS DA CIDADE**

**Proprietário:** Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos

**Obra:** Pavimentação Poliédrica

**Local:** Rua Librelotto e Rua Achilles Baggiotto – Fortaleza dos Valos, RS

### **1 - OBJETIVO**

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade descrever os serviços para execução da pavimentação poliédrica com pedras irregulares a ser executado em ruas do município fortalezense: Rua Librelotto e Rua Achilles Baggiotto, conforme Planta Baixa em anexo.

### **2 – ÁREA TOTAL E TIPO DE PAVIMENTAÇÃO**

**2.1** - A área total de pavimentação poliédrica é de 3.800,00m<sup>2</sup>, sendo:

***Rua Librelotto***, localizada entre a Rua Achilles Baggiotto e a Rua São Pedro, com área total de 1.500,00m<sup>2</sup>.

***Rua Achilles Baggiotto***, localizada entre a Rua Rubert e a Rua Capitão Álvaro Jacinto da Silva, com área total de 2.300,00m<sup>2</sup>.

**2.2** - O tipo de pavimentação será em Pedras Basálticas Irregulares sobre colchão de argila.

### **3 – MATERIAIS**

#### **3.1 - Cordões (meio fio)**

Os cordões (elementos de contenção e proteção das bordas do calçamento) serão constituídos por peças de concreto com formato aproximadamente retangular e com as seguintes dimensões: 0,15 m de piso; 0,30 m de altura; 1,00 m de comprimento.

#### **3.2 - Colchão de argila**

O material argiloso deve apresentar coloração vermelha, vermelha escura ou marrom, cores características das argilas lateríticas encontradas em abundância no Planalto do RS. Devem atender um CBR mínimo de 7% e expansão < 2%. Recomenda-se como limites físicos Índice de Plasticidade  $T < IP < 15$  e Limite de Liquidez  $LL < 50\%$  o que caracteriza argilas de média plasticidade e baixa compressibilidade. Este serviço será executado pelo município de Fortaleza dos Valos, como contrapartida física, conforme cronograma de obra.

#### **3.3 - Pedras**

As pedras irregulares devem ser de basalto, mostrar uma distribuição uniforme dos materiais constituintes e não apresentar sinais de desagregação ou decomposição.

Devem ter a forma de poliedros de quatro a oito faces com a superior plana. A maior dimensão dessa face deve ser menor do que a altura da pedra quando assentada e suas medidas estar compreendidas dentro dos seguintes limites: entre 8 cm à 18 cm de diâmetro.

### **4 - ASSENTAMENTO**

Os trabalhos obedecerão a seguinte sequência:

#### **4.1 - Terraplenagem**

Para efeito desta Especificação, considera-se concluída esta fase, a ser executada pelo Município de Fortaleza dos Valos, como contrapartida física, conforme cronograma de obra.

#### **4.2 - Preparo do Subleito**

- a) quando necessária a conformação do subleito, dentro dos perfis transversais, greides e alinhamentos previstos no projeto (vide Anexos), esta deverá ser feita, preferencialmente, pelo aporte de material, ou pela escarificação, patrolagem e compactação do subleito existente, evitando-se cortes;
- b) onde o subleito não apresentar condições favoráveis à compactação como: baixo suporte, material saturado, etc., este deverá ser removido e substituído por material selecionado de modo a se obter um bom suporte;
- c) o perfil transversal do subleito deverá conformar rampas de 4% para greide (perfil de projeto longitudinal) de até 3%; Para greide acima de 3% essa inclinação transversal poderá ser reduzida para 3%;
- d) a compactação, quando o material for granular, poderá ser feita com rolo liso estático ou vibratório; quando o material for argila, a compactação deverá ser feita com rolo pé de carneiro;

#### **4.3 - Abertura das Valas para colocação dos Cordões Laterais**

Concluída a regularização e estando o leito conformado, com a seção e o perfil de projeto, serão assentados os cordões laterais:

- a) para o assentamento dos cordões serão abertas manualmente, valas longitudinais localizadas nos bordos da plataforma, com profundidade compatível com a dimensão das peças;
- b) a marcação da vala será feita topograficamente, obedecendo alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas no projeto;
- c) o material resultante da escavação deverá ser depositado na lateral, fora da plataforma, para posterior recolhimento.

#### **4.4 - Assentamento dos Cordões Laterais**

- a) Os cordões laterais de contenção serão assentados no fundo das valas e suas arestas superiores rigorosamente alinhadas.
- b) Os topos dos cordões deverão ficar 0,15m acima do subleito preparado e coincidentes com a superfície do revestimento. O fundo das valas deverá ser regularizado e apiloado. Para corrigir o recalque produzido pelo apiloamento poderá ser utilizado o material da própria vala que será, por sua vez, apiloado. A operação deverá ser repetida até atingir o nível desejado;
- c) deverão ser rebaixados os cordões nos acessos de veículos e nas rampas de acessibilidade (vide projeto);
- d) O enchimento lateral das valas, para firmar as peças, deverá ser feito com o mesmo material da escavação, fortemente apiloado com soquetes não muito pesados para não desalinhar as peças.

#### **4.5 - Colocação do Colchão de Argila**

Concluída a etapa anterior, será espalhada sobre o subleito compactado, uma camada de solo argiloso que atenda o especificado do item 3.3, devendo ser executada como segue:

- a) Esta camada será espalhada manualmente e deve atingir uma espessura mínima de 0,15 m, coincidente com a superfície de projeto do calçamento;



b) O colchão de solo argiloso terá espessura mínima de 0,15m, com finalidade de corrigir pequenos defeitos do subleito;

c) O material deverá limpo, sem matéria orgânica ou mistura qualquer.

*OBS: este serviço será executado pelo Município de Fortaleza dos Valos, como contrapartida física, conforme cronograma de obra.*

#### **4.6 - Assentamento da Pedra Irregular**

a) Sobre o colchão de argila o encarregado fará o piqueteamento dos panos, com espaçamento de 1 metro no sentido transversal e de 4 a 5 metros no sentido longitudinal, de modo a conformar o perfil projetado. Assim, as linhas mestras formam um reticulado facilitando o trabalho de assentamento e evitando desvios em relação aos elementos do projeto. Nessa marcação o encarregado verifica a declividade transversal e longitudinal e, no caso das curvas, a superelevação.

b) Concluída a marcação segue-se o assentamento das pedras que é feito por cravação, com as faces de rolamento planas, cuidadosamente escolhidas.

Na cravação, feita com auxílio de martelo, as pedras deverão ficar bem entrelaçadas e unidas, de modo que não coincidam as juntas vizinhas e se garanta um perfeito travamento. Não são admissíveis pedras soltas, sem contato direto com as adjacentes, nem travamento feito com lascas, que terão apenas a função de preencher os vazios entre pedras já travadas.

#### **4.7 - Rejuntamento**

Concluído o assentamento das pedras, processa-se o rejuntamento. Para isso, espalha-se manualmente pó de pedra sobre a superfície do calçamento uma camada de solo (o mesmo utilizado no colchão) de cerca de 0,03 m. Após, com o auxílio de rodos e vassouras, movimentam-se o material, de forma a facilitar a penetração entre os vazios, removendo-se o excesso.

#### **4.8 - Compactação**

Após a conclusão do rejuntamento, inicia-se a compactação com rolo compressor liso de 3 rodas ou do tipo tandem, de porte médio, com peso mínimo de 10 t. ou ainda rolo vibratório.

a) O revestimento deve ser executado em pista inteira, sendo vedado executá-lo em meia pista. Não deve haver qualquer circulação de veículos sobre o mesmo durante a obra. Somente após a rolagem final ele estará apto a receber tráfego, tanto de animais como de veículos automotores.

b) A rolagem deverá ser feita no sentido longitudinal, progredindo dos bordos para o eixo nos trechos em tangente.

c) A rolagem deverá ser uniforme, progredindo de modo que cada passada sobreponha metade da faixa já rolada até a completa fixação do calçamento, ou seja, que não se observe nenhuma movimentação das pedras pela passagem do rolo.

d) Quaisquer irregularidades ou depressões que venham a surgir durante a compactação, deverão ser corrigidas renovando ou recolocando as pedras, com maior ou menor adição de material no colchão e em quantidades adequadas a completa correção do defeito verificado.

e) Na ocorrência individualizada de pedras soltas, essas deverão ser substituídas por peças maiores, cravadas com auxílio de soquete manual.

f) Para a conclusão da compactação deverá ser espalhada sobre a superfície de rolamento, nova camada de material de rejuntamento de aproximadamente 3 cm para a rolagem final. O material que ficar por excesso será retirado pela ação do tráfego e das chuvas.

*OBS: este serviço será executado pelo Município de Fortaleza dos Valos, como contrapartida física, conforme cronograma de obra.*

## **5 - PASSEIOS PÚBLICOS**

### **5.1 - Faixas de Ocupação do Passeio Público**

#### **5.1.1 – Faixa de Serviço**

A faixa de serviço, localizada em posição adjacente à guia, deverá ter, no mínimo, 60cm (sessenta centímetros) e se destina à instalação de equipamentos e mobiliário urbano como bancos, floreiras, telefones, caixa de correio e lixeiras, à vegetação e a outras interferências existentes nos passeios, tais como tampas de inspeção, grelhas de exaustão e de drenagem das concessionárias de infraestrutura, postes de sinalização de trânsito, iluminação pública e eletricidade, rampas de acesso para veículos ou portadores de deficiências. O rebaixamento de guia para fins de acesso de veículos em edificações, postos de combustíveis e similares localiza-se na faixa de serviço.

#### **5.1.2 – Faixa Livre**

A faixa livre ou de percurso seguro, é a área destinada exclusivamente à livre circulação de pedestres, desprovida de obstáculos, equipamentos urbanos ou de infraestrutura, mobiliário, vegetação, floreiras, rebaixamento de guias para acesso de veículos ou qualquer outro tipo de interferência permanente ou temporária, devendo atender às seguintes características:

I - possuir superfície regular, firme, contínua e antiderrapante sob qualquer condição climática;

II - ter inclinação longitudinal acompanhando o greide da rua;

III - ter inclinação transversal constante, não superior a 2% (dois por cento);

IV - possuir largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

V - ser livre de qualquer interferência ou barreira arquitetônica;

VI - ser livre de emendas ou reparos de pavimento, devendo ser recomposta em toda sua largura, dentro da modulação original, em caso de interferências.

#### **5.1.3 – Faixa Tátil Direcional**

A faixa tátil direcional corresponde a uma faixa de piso com textura diferenciada, tanto do piso da faixa de percurso quanto da faixa de serviço, que auxilia a pessoa portadora de deficiência visual indicando o caminho a ser percorrido.

Ela deve ser instalada no centro da faixa livre e sinalizar a direção das rampas de pedestres aos portadores de deficiência visual. Recomenda-se o uso de pavers com relevos lineares (tipo ranhurado).

### **5.2 - Pavimentação**

“Os passeios devem ser revestidos com material de grande resistência à abrasão, antiderrapantes, principalmente quando molhados, confortáveis aos pedestres e que não permitam o acúmulo de detritos e águas pluviais.” (NBR 12255).

O preparo do terreno sobre o qual se assentará a calçada é de máxima importância, para garantir a qualidade do serviço. Nos pontos em que ocorrem solos fracos (orgânicos ou saturados de água), torna-se necessária a sua remoção, até uma profundidade conveniente.

Após o preparo do terreno, deve ser executado o lastro, constituído por pedra britada com espessura de 3 cm. Na sequência, será executada calçada em concreto com FCK=12Mpa de



resistência mínima, traço 1:3:5, com preparo mecânico. As dimensões da calçada: largura de 1,20m e espessura de 0,07m.

Antes do lançamento do concreto, deverão ser executadas juntas com ripas de madeira com 1cm de espessura e com altura do revestimento (utilizar 10cm altura para a ripa), ficando cravadas na base e dispostas transversalmente às guias, espaçadas de no máximo 5,0m. Após a concretagem, as ripas ficam incorporadas no concreto, porém aparentes na superfície do passeio.

Antes de lançar o concreto, deve-se umedecer a base e as ripas, irrigando-as ligeiramente. O concreto é lançado no interior das formas, espalhado com uma enxada, adensado e regularizado com uma régua de madeira de comprimento aproximado de 1,50m. À medida que se for procedendo à regularização, as pontas de ferro que sustentam as ripas devem ir sendo retiradas.

O acabamento é feito com uma desempenadeira comum de madeira. Deve ser feito o alisamento da superfície. Com uma colher de pedreiro, encham-se as falhas existentes junto às fôrmas ou removem-se os excessos.

O local deve ser isolado, não permitindo a circulação sobre o passeio até a cura do material, ou mantido livre pelo espaço mínimo de 7 dias.

## **6 – PLACAS DE SINALIZAÇÃO**

As placas de sinalização nas esquinas e nome das ruas serão de metal com sua sustentação em tubo de aço galvanizado de 2" e deverão atender os padrões exigidos pelo CONTRAN/DENATRAN.

## **7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A empresa responsável pela obra deverá fixar em local visível placa em chapa plana metálica, galvanizada. As informações deverão estar em material plástico, para fixação ou adesivação nas placas, ou ainda podem ser pintadas com tinta óleo ou esmalte. A placa deve estar nas dimensões padrões do Ministério das Cidades, e deve identificar a Obra, Valor total da Obra, Valor de Repasse, Valor de Contrapartida, Objeto, Órgão Responsável.

Fica por conta da empreiteira todo o cuidado, desde o início até o final da operação, sendo de total responsabilidade desta determinar o momento certo para a liberação do trânsito sobre o calçamento. As ruas deverão ser entregues limpas de entulhos e prontas para serem utilizadas.

Fortaleza dos Valos, 23 de abril de 2019.



Marcia Rossato Fredi  
Prefeita Municipal



Diógenes Rubert Librelotto  
Arquiteto e Urbanista  
CAU/RS 37.973-5